

ANAI ELETRÔNICOS DA I CIEGESI / I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG

22-23 de Junho de 2012 - Goiânia, Goiás.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DESTINADA À ERRADICAÇÃO DA POBREZA BRASILEIRA

NASCIMENTO, Thiago Silvestre do
CAMPOS, Daniela Cristina

RESUMO

As Políticas Públicas no Brasil nos últimos anos vem ganhando grande destaque, principalmente, pela necessidade que o governo tem de atender às necessidades do povo brasileiro. O Programa Bolsa Família é uma das inúmeras Políticas Públicas que o Governo Federal implantou para suprir ou minimizar as condições de miséria que a população brasileira sofre, haja vista ter como um de seus objetivos o direito à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para o combate à fome. Este trabalho tem por objetivo principal estudar o Programa Bolsa Família e a forma como ele tem repercutido na realidade das famílias brasileiras, observando os aspectos que apresentam resultados satisfatórios e aqueles que porventura precisam ser melhorados. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas e artigos referentes ao tema, bem como a Lei da Bolsa Família – Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Desse modo, foi possível demonstrar a realidade da Bolsa Família como Política Pública e demonstrar sua repercussão em âmbito local.

Palavras-chave: Políticas. Públicas. Programa. Bolsa. Família.

1 INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas em um conceito sintético são entendidas como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, em todos os âmbitos federativos com vistas ao bem comum. Nesse sentido ao longo dos anos tem se proposto várias ações

sempre visando promover o bem-estar da população brasileira, as quais neste trabalho serão destacadas o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família foi instituído pela Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, pelo então presidente Lula, entretanto as bases do programa já eram comungadas por outros políticos antecessores ao presidente citado, os quais defenderam suas ideias, porém não conseguiram êxito na execução delas. Este programa se preocupa em diminuir a miséria do país e melhorar as condições de vida das famílias brasileiras, isto é, as famílias recebem dinheiro do governo federal, e em troca devem atender algumas exigências, que serão detalhadas posteriormente.

O benefício classifica-se em alguns tipos que correspondem aos respectivos valores de acordo com o enquadramento realizado, para isso é realizada uma análise e uma seleção buscando atender de forma objetiva as necessidades existentes. Ademais para que o benefício seja concedido é necessária à observância de alguns critérios, nomeados como condicionalidades, as quais consistem em uma contraprestação tanto do Estado como dos beneficiários. As condicionalidades são de extrema importância para que haja a seleção dos beneficiários e assim possa, de fato, conseguir atingir os mais necessitados conforme o objetivo do programa.

Todas as Políticas Públicas bem como qualquer ação do Poder Público recebem fiscalização no sentido de verificar se os objetivos estão sendo cumpridos e de forma correta. Desta forma, o Programa Bolsa Família não seria diferente, possui além dos cidadãos que são aptos a fiscalizar as irregularidades, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que por meios de ações de fiscalização e ouvidorias realiza o controle do programa juntamente com outros parceiros.

Outro ponto relevante acerca do Bolsa Família é a complexidade que ele possui e como ele é custeado pelo Poder Público, que por sinal, adota uma gestão descentralizada composta por todos os entes federativos, cada um com suas respectivas atribuições.

Há muitas pessoas que desejam participar do Programa, mesmo que não preencham os requisitos exigidos, o que leva a não entenderem seus trâmites e suas concessões, tornando-se muitas vezes especulações de votos eleitorais. A

Portanto, levando-se em consideração a importância do Programa e o desconhecimento sobre ele, esse trabalho objetiva aprofundar os estudos sobre o Programa e seus impactos, bem como levá-lo ao conhecimento das pessoas numa visão ampla e crítica, gerando posicionamentos mais profundos e fundamentados diante da realidade.

2 METODOLOGIA

O trabalho em questão é um Artigo de Revisão, o qual por meio de fontes bibliográficas e documentais buscará fundamentar as discussões levantadas bem como apresentar reflexões acerca do tema proposto. No entanto, deve-se levar em conta que o Programa Bolsa Família é uma Política Pública que demanda análises profundas em decorrência de sua complexidade, que não serão esgotadas neste trabalho.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Em decorrência dos inúmeros problemas públicos atingidos pela população mundial, intensificaram-se em todas as áreas do conhecimento, sobretudo nas esferas estatais, as discussões acerca de soluções para os mesmos, as quais de forma genérica se têm nomeado como Políticas Públicas. As Políticas Públicas apresentam um histórico recente pelo fato de terem sido consolidadas há cerca de sessenta anos no país, o que não significa dizer que antes desse período não eram desenvolvidas atividades que poderiam ser nomeadas como Políticas Públicas. O ano de 1951 é considerado um marco para o assunto em razão de terem sido publicados dois livros fundamentais para o assunto: *The governmental process* de David B. Truman e *The policy sciences* de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell (SECCHI, 2010).

As Políticas Públicas, segundo Secchi (2010) no prefácio de seu livro, surgiram para “[...] ajudar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos, assim como a medicina o faz com problemas do organismo, e a engenharia, com problemas técnicos”. Essa afirmação de Leonardo Secchi vem de forma clara e sucinta explicar o motivo pelo qual se discute o tema em questão, além de identificar seu principal objetivo. Qualquer ação que se faz dentro de uma organização ou dentro da própria vida humana é pautada por um planejamento, o qual quando inexistente ou ineficaz tende ao fracasso, por isso as Políticas Públicas primeiramente ajudam a diagnosticar qual o problema e posteriormente a apresentar soluções, porque se assim não fosse, não haveria razão de ser.

O conceito de Políticas Públicas é bastante amplo e diverso, uma vez que quando se propõe a discorrer sobre um determinado assunto, vários são os autores que apresentam suas conclusões pessoais e fundamentadas. Segundo Secchi (2010), “Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Geralmente, os conceitos a respeito das Políticas Públicas se caracterizam por abordar problemas enfrentados por uma coletividade, porém não se há um conceito completo ou pleno do que seja Política Pública pelo fato de se ter vários questionamentos que podem ser abarcados ao se tratar das disparidades de respostas em relação ao tema. As Políticas Públicas são exercidas apenas pelo Governo? Há quem entenda de forma positiva e outros de forma negativa, tornando apenas mais um dos questionamentos que se pode levantar demonstrando a complexidade que se pode chegar acerca do conceito de Políticas Públicas. Não obstante é importante destacar que além dos problemas públicos, as Políticas Públicas esbarram nas diversidades naturais, sociais, políticas e econômicas existentes pelo país.

3.1 Classificação das Políticas Públicas

As Políticas Públicas podem ser classificadas em tipos, que dependem subjetivamente do autor estudado, como por exemplo, as classificações de: LOWI, T. (1964), WILSON, J. (1983), GORMLEY (1986), GUSTAFSSON (1983), BOZEMAN E

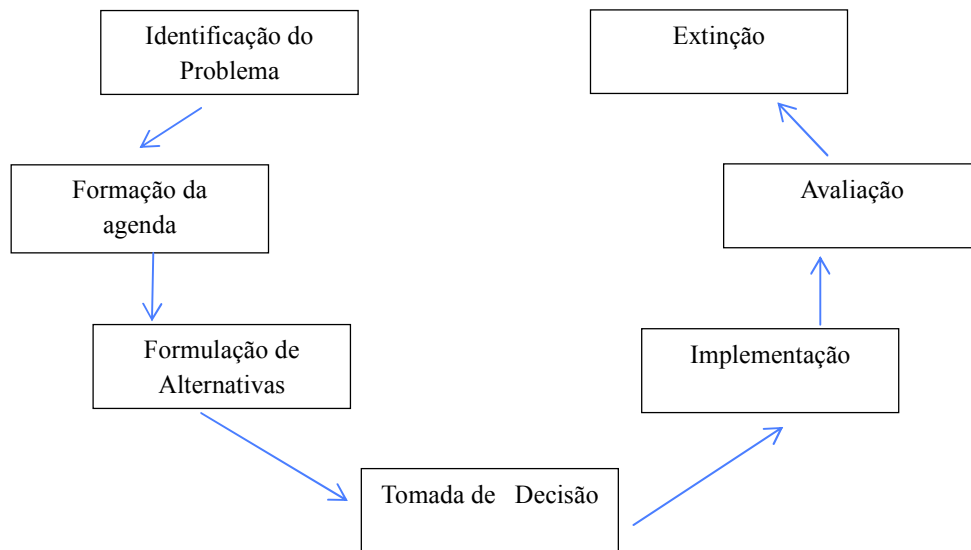
PANDEY (2004). A tipologia é uma forma de interpretar e analisar um fenômeno baseado em variáveis e categorias complexas. Para este estudo, será adotada a classificação de Lowi publicada em um artigo de sua autoria no ano de 1964, o qual pautou sua análise no impacto esperado na sociedade e dividiu em quatro os tipos de políticas públicas:

- 1) **Políticas Regulatórias:** estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. Um exemplo desse tipo são as regras as quais todos se submetem diariamente como são as normas de trânsito;
- 2) **Políticas Distributivas:** geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a sociedade. Um exemplo desse tipo é a gratuidade para certos serviços públicos;
- 3) **Políticas redistributivas:** concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. Exemplo desse tipo são as cotas raciais para universidades;
- 4) **Políticas constitutivas:** aquelas que definem as competências, jurisdições, regras de disputa política e da elaboração de políticas públicas como, por exemplo, as regras de distribuição de competências dentro das esferas do poder.

Essa classificação bem como qualquer outra, serve apenas para dar um caráter didático ao tema, possibilitando assim, melhor compreensão daqueles que se interessam pelo assunto, não esgotando a criação de novas tipologias.

3.2 Políticas Públicas como sistema

Além da conceituação e tipologia, as Políticas Públicas são consideradas como um sistema formado por um conjunto de elementos que se interligam com vistas a alcançar o bem comum da população. Para isso há um processo denominado como Ciclo das Políticas Públicas (SECCHI, 2010, p.33), conforme se pode ver no esquema abaixo, retirado do livro Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos:



No ciclo das Políticas Públicas, primeiramente, realiza-se a identificação do problema, onde o problema público é entendido como a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. A formação da agenda é a fase que se discute os problemas ou temas entendidos como relevantes, sejam eles políticos ou institucionais. Feito isso, parte-se para a formulação de alternativas onde se pensa sobre possíveis soluções para o problema em questão. A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções de soluções dos problemas são elencadas. Superada essa fase a Política Pública começa a ser viabilizada, onde as regras, rotinas e processos sociais são convertidos em ações. Posteriormente, a mesma será avaliada e por fim, extinta.

Ainda se faz necessário, discutir sobre os atores das Políticas Públicas, haja vista alguns autores e pesquisadores defenderem que apenas as organizações estatais configuram como atores, comungando a ideia de que os atores não estatais até tem influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não o privilégio de estabelecer e liderar um processo de Política Pública. Entretanto, essa concepção não tem sido a predominante em razão da abrangência que as Políticas Públicas têm recebido. As decorrentes das organizações estatais também nomeadas como políticas governamentais, ainda recebem a maior atenção na área, porém outros atores tem se

manifestado, como por exemplo, nos casos em que as empresas privadas mantêm campanhas de preservação ao meio ambiente.

No Brasil, são desenvolvidas inúmeras Políticas Públicas, dentre outras: a) Lei que obriga os motociclistas a usar capacetes e roupa adequada; b) Programa de crédito oferecido a pequenos empreendedores que queiram montar seus negócios; c) Instituição de novo imposta. Não obstante, há outros exemplos que ganham maior visibilidade em decorrência das divulgações de mídia realizada pelo Governo e entre eles está o Bolsa Família.

4 BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa que se destina a diminuir a miséria do país e melhorar as condições de vida das famílias brasileiras. A Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 criou o Programa Bolsa Família e teve como intuito “[...] a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo federal” (Lei 10.836, parágrafo único, art. 1º). Assim como ocorre com qualquer lei editada pelo Governo brasileiro, a partir de sua criação se inicia um processo de regulamentação e de criação de mecanismos que possibilitem que a lei seja de fato aplicada. Para tanto se criou matérias de divulgações e de informação para que a população pudesse conhecer o novo programa e seus benefícios.

Uma das formas de divulgação deste programa foi a Agenda da Família fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), o qual está vinculado a Bolsa Família, material este que será a maior fonte de informações deste trabalho, haja vista seu caráter oficial. De acordo com a Agenda da Família, a Bolsa Família é “um programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e à saúde” (Agenda da Família, p.06). Isto significa dizer que o beneficiário recebe uma quantia em dinheiro do Governo Federal e em contrapartida deve atender a algumas exigências como levar os filhos à escola e manter a vacinação regular. O dinheiro

recebido pode ser usado para comprar alimentos ou outra despesa que seja necessária à manutenção da família.

Ocorre que a Bolsa Família não é um programa que caminha sozinho, junto a ele estão vinculados outros que também auxiliam as famílias de baixa renda, tais como a Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, a tarifa social de energia elétrica, cursos de alfabetização, dentre outros. Ainda nesse sentido vale ressaltar que o Cadastro Único, atualmente bastante utilizado como apoio pelo governo para esses programas, consiste em um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário por pessoa ou até três salários mínimos no total.

Ao contrário do que dizem a respeito do programa em questão o mesmo não foi elaborado pelo Governo Lula e nem tampouco é exclusividade brasileira. Em 1995, o então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, lançou a Bolsa Escola que auxiliava as famílias que mantinham seus filhos na escola. Posteriormente o presidente do Brasil, Fernando Henrique de Melo, o expandiu para todo o território nacional. Países como México e Bangladesh são exemplos onde programas similares à Bolsa Família já atenderam cerca de 5 milhões de famílias.

Os eixos principais do programa são divididos em três: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. De acordo com panfleto informativo divulgado pela Secretaria de Ação e Promoção Social da cidade de Catalão/GO, os eixos são descritos da seguinte forma: transferência de renda, promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

As famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa e que fazem parte do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal podem participar do Bolsa Família. Além delas as famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 desde que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos e as famílias com renda de até R\$ 70,00 por pessoa independente da idade dos membros da família. Para saber a renda mensal da família, basta somar o valor que

todas as pessoas da família recebem por mês em moeda corrente e dividir pelo número de pessoas que residem na casa. O pagamento deste benefício é realizado por uma agência da CAIXA por meio de um cartão magnético intitulado como Bolsa Família no nome do responsável pela família que é, de preferência, a mulher. O pagamento é efetuado todo mês e o calendário do mesmo é fornecido gratuitamente pelas agências CAIXA.

A Bolsa Família é subdividido em três benefícios: o básico, pagos apenas as famílias consideradas como extremamente pobres, com renda igual ou inferior a R\$ 70,00; o variável, pago pela existência na família de crianças de zero a quinze anos, limitado a cinco crianças por família; o variável jovem, pago pela existência da família de jovens entre 16 e 17 anos, limitado a dois jovens por família. Os valores correspondentes a cada benefício dependem de ajustes monetários e também de uma tabela pré-estabelecida pelo MDS. Estimativas para o ano de 2012, segundo *site* não oficial, correspondiam a: básico – R\$ 70; variável – R\$ 96; e o variável jovem – até R\$ 242.

Como já dito anteriormente o recebimento do benefício gera contrapartidas e dentre elas está o que se denominou como condicionalidades, isto é, compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público para que os beneficiários utilizem o serviço de educação, saúde e assistência social. As condicionalidades abarcam três áreas sociais: a saúde, a educação e a assistência social. Na área da saúde, as crianças menores de sete anos devem ter o acompanhamento do calendário de vacinas e pesagem e as gestantes e nutrízes, o pré-natal e acompanhamento de sua saúde e do bebê. Na área da educação, as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal superior a 85% e os jovens de 16 e 17 anos, 75%. Por fim, na área da assistência social, as famílias devem manter seus cadastros atualizados e/ou participar de outros programas sociais desenvolvidos pelo município como, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

O custeio do programa é realizado pelos impostos pagos pelos contribuintes brasileiros. Por exemplo, no ano de 2006, estimou-se a quantia de R\$ 8,3 bilhões de reais destinados à Bolsa Família.

A fiscalização é feita por vários mecanismos, um deles é o controle social em que a própria sociedade é responsável para fiscalizar o programa, tornando-se um meio transparente e eficaz aberto ao público. Além disso, o MDS desenvolve ações *in loco* e a distância com base no cruzamento de dados do Cadastro Único para programas sociais. Também há auditorias e ações de fiscalização de controle interno e externo do Poder Executivo composto pela Rede Pública de Fiscalização, Ministério Público, Tribunal de Contas, dentre outros. Além disso, há a ocorrência de sanções nos casos de omissão do servidor público bem como do beneficiário que oferta informações falsas com o intuito de se beneficiar. A Lei 10.836, em seus artigos 14 e 14-A traz as sanções pertinentes, limitando-se principalmente ao ressarcimento dos valores recebidos indevidamente.

A gestão do programa é descentralizada e por isso, o MDS tem um instrumento que mede a qualidade de gestão do Bolsa Família em níveis estadual e municipal denominado Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que fornece subsidio para que o MDS repasse recursos para aperfeiçoar as ações de gestão dos Estados e/ou municípios. Essa gestão faz com que o programa esteja mais próximo dos beneficiários e de suas realidades.

O descumprimento das condicionalidades impostas pelo Governo pode levar a suspensão e até o cancelamento do benefício. Na primeira vez que a família deixa de cumprir os compromissos, ela recebe um aviso por escrito no seu endereço para lembrar-se de suas responsabilidades. Se reincidente, poderá ter o benefício bloqueado, suspenso, ou até cancelado.

Diante do estudado até aqui, faz-se mister desenvolver uma discussão acerca do Programa Bolsa Família enquanto Política Pública destinada a erradicação da pobreza brasileira, no sentido de demonstrar se ele tem conseguido ser eficaz e alcançado sua razão de ser. Para isso, serão apresentados alguns casos concretos decorrentes de realidades brasileiras e públicas em sites e revistas especializadas e, ao final, uma consideração referente ao balanço do programa até o presente momento.

O intuito do benefício como já visto é o auxílio as famílias que vivem em situação de pobreza, portanto, desde sua criação ele tem gerado estudos e discussões.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) desenvolveu um estudo sobre as repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas entre setembro e outubro de 2007. Para esse estudo foram entrevistados 5 mil titulares do cartão Bolsa Família em 228 municípios brasileiros nas cinco regiões do país. Primeiramente percebeu-se que houve mudanças no consumo alimentar após o recebimento do benefício, de acordo com os titulares aumentou o consumo de açúcares, arroz, leite, biscoitos, industrializados, dentre outros alimentos. Além disso, a variedade e a compra de alimentos que as crianças gostam aumentaram consideravelmente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa revelou, entre outras questões, os resultados decorrentes do conhecimento do programa pelas pessoas brasileiras. Um estudo mostrou que 25% dos titulares ficaram sabendo do programa por intermédio de amigos e parentes, 23% na escola e 21% pela TV. E ainda, 74% disseram não saber porque as famílias recebem valores diferentes e os gestores nem sempre fornecem informações corretas a respeito do benefício. O Governo Federal também lançou uma revista em março de 2010 referentes à Bolsa Família, a qual informa dados estatísticos do andamento do programa até o ano de 2009, inclusive pontuando as condicionalidades conforme será discutido a seguir.

A Bolsa Família foi criada no ano de 2003 e beneficiava cerca de 3,6 milhões de famílias, entretanto em seis anos, esse número aumentou consideravelmente o que resultou no ano de 2009 o total de 12,3 milhões de famílias beneficiadas, além de um orçamento de 12,4 bilhões de reais. O programa realiza a inclusão de todos, inclusive das famílias indígenas e quilombolas. Para se ter uma ideia, em dezembro de 2009 havia 64 mil famílias indígenas beneficiadas e 25 mil quilombolas recebendo a bolsa.

Verificou-se que em 2009 havia 6,3 milhões de famílias acompanhadas referente a condicionalidade de saúde, o que correspondia a 64,4% do total de famílias beneficiadas pelo programa. Já na condicionalidade de educação, percebeu-se que

também em 2009, havia 14 milhões de alunos entre 6 e 15 anos acompanhados, o que corresponde a 89,6% do total, e 1,7 milhão de alunos entre 16 e 17 anos acompanhados, o que resulta em 79,5% do total.

Por esses dados ainda que distantes da atual realidade brasileira é possível demonstrar o crescimento e a proporção que o Programa Bolsa Família tem conquistado. Além disso, há que se referir acerca do terceiro eixo do programa que dispõe sobre os programas complementares. Estes por sua vez, são de bastante importância haja vista que possibilitam as famílias beneficiadas novas possibilidades como, por exemplo, uma linha de crédito que proporcione que as pessoas consigam desenvolver seus próprios meios de subsistência.

A revista Desenvolvimento Social elaborada pelo MDS em março de 2010 traz casos concretos de como o Bolsa Família se transformou nas mãos das famílias beneficiadas. São exemplos claros de pessoas que não se limitaram a receber a ajuda do governo como uma mera assistência obrigatória, mas que investiram em criar meios para que o benefício não fosse sua renda principal, conforme a seguir serão apresentados dois casos que ilustram esse fato.

Na periferia de Maceió, uma beneficiária do programa conseguiu transformar R\$ 80 em R\$ 5 mil. De início pensou em comprar roupas usadas e revender, porém comprou uma porca que lhe rendeu 18 porquinhos e com a venda de 4 deles conseguiu comprar um porco reprodutor. Em 6 meses conseguiu atingir R\$ 5 mil reais. Posteriormente largou o ramo e se dedicou a comprar cavalos e revendê-los. Outro caso concreto mostra que entre outubro e dezembro de 2009, 30 mil beneficiários da Bolsa Família dos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo e Rio de Janeiro receberam aulas de reforço escolar para participar de uma seleção para recebimento de bolsas da Petrobrás durante o curso de formação com vias de serem absorvidos pelo mercado.

O programa Bolsa Família através do valor concedido ampliou suas dimensões e conseguiu como visto fornecer novas possibilidades às famílias de baixa renda. Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas também publicada na revista anteriormente citada mostra que no ano de 2008, a pobreza no Brasil foi reduzida para 16%, diferente dos 28,1% de quando foi criado o programa. De modo

específico a região Centro-Oeste passou de 23,2% em 2003 para 10,5% em 2008. Já o Município de Catalão segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no ano de 2003 possuía uma incidência de pobreza de 31,02%, o que ainda não é possível verificar dados atualizados em razão de não ter havido dados divulgados. (na minha opinião a falta de informação atual, empobreceu esta informação, eu prefiro retirar esta informação sobre Catalão).

O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, pesquisa divulgada pelo site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, aponta queda da pobreza extrema do país de 12% em 2003 para 4,8 % em 2008. Em notícia divulgada na internet, referente à Bolsa Família de 2012, mostra que o programa já atende 12 milhões de famílias em todo o país, sendo considerado um dos grandes trunfos do governo Lula. Informação esta que não é oficial, porém denota em caráter didático, a proporção atual do programa.

O governo da presidente Dilma Rousseff tem como principal escopo a erradicação da pobreza e por isso, ela estabelecer uma meta ambiciosa de que até 2014 deseja acabar com a miséria absoluta do país, mudando radicalmente a vida de 16,2 milhões de pessoas.

Resta, diante do exposto, discorrer se é possível concluir se o programa é bem sucedido ou não. Alguns especialistas entendem que é preciso esperar algum tempo em razão dos índices de pobreza, já outros tem uma visão otimista pelo fato de em vários lugares as famílias por meio do valor recebido pelo programa terem conseguido melhorar sua renda. Ao questionar se o Bolsa Família irá resolver a situação dos pobres é evidente que a resposta será negativa, uma vez que ele não possui condições de suprir integralmente a miséria brasileira, entretanto é possível afirmar que ele é uma das alternativas para melhorar a situação de muitas famílias brasileira que vivem abaixo da linha da pobreza, evidenciando o tipo distributivo da Teoria de LOWI (1964).

Assim como este benefício, qualquer Política Pública que auxilia com valores pecuniários tende a ganhar significados diversos e um deles que é bastante recorrente

denomina-se como assistencialismo. Este é o risco de toda e qualquer ajuda em nossa sociedade porque demanda das pessoas um movimento contrário ao comodismo, a se contentar com aquilo que é fornecido. O assistencialismo não é a forma correta de ajudar as pessoas, haja vista a comodidade e a estagnação que ele gera. O fato é que o dinheiro recebido é importante para as famílias, entretanto não se pode limitar a subsistência somente a ele, porque ainda que ele ajude a família, não é um valor suficiente e que possibilite uma vida digna.

Os casos concretos citados neste trabalho são grandes exemplos de que o Programa Bolsa Família fez a diferença na vida de muitas famílias porque elas conseguiram entender o benefício não como um assistencialismo, mas como uma oportunidade oferecida de caminharem com suas próprias pernas. Com relação aos dados apresentados é nítido que a pobreza do país nos últimos anos tem decaído e os governantes têm trabalhado no sentido de oferecer a população condições mais dignas. O programa é uma das fontes que possibilitou isso, porém não é possível evidenciá-lo como o único responsável pelos resultados obtidos.

A meta apresentada pela presidente Dilma Rousseff até o ano de 2014 é louvável, entretanto apresenta visão bastante otimista ou tampouco criará um novo conceito de pobreza, assim como ocorre com os analfabetos funcionais, que correspondem a uma forma de maquiar a realidade.

Portanto, o programa Bolsa Família enquanto Política Pública destinada a erradicação da pobreza brasileira tem apresentado resultados bastante satisfatórios, demonstrados pelos dados levantados bem como exemplo práticos. Não conseguiu de forma plena alcançar o objetivo que justifica sua razão de ser, mas tem caminhado de forma adequada para atingir este fim.

6 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho era elucidar sobre o Bolsa Família enquanto Política Pública destinada a erradicação da pobreza, buscando levar as pessoas que o lerem a entender melhor acerca deste benefício ofertado pelo Governo, além de

despertar um visão ampla e crítica do assunto. Portanto, o objetivo foi alcançado, diante dos argumentos, teorias e casos práticos apresentados. Certamente aqueles que lerem o artigo conseguirão ter uma visão diferenciada ainda que discordante daquilo que foi apresentado.

Através do estudo elaborado também foi possível perceber a realidade do Programa Bolsa Família desde sua criação, enquadrando-o como uma Política Pública destinada a erradicação da pobreza. As Políticas Públicas além de estarem em evidência retratam as necessidades do povo brasileiro e tornam-se uma forma dos governantes distribuírem seus recursos e, além disso, se organizarem no sentido de desenvolver trabalhos de gestão eficazes.

Diversos autores desenvolvem classificações no sentido de auxiliar na compreensão das Políticas Públicas, além de apresentarem medidas e instrumentos de organizá-las de forma a apresentar resultados satisfatórios, como demonstrados nos conceitos de LOWI.

O Programa Bolsa Família é uma das Políticas Públicas que consideravelmente tem ganhado visibilidade no cenário nacional, principalmente por ser um dos principais instrumentos de combate à pobreza brasileira. É um programa abrangente, porém de fácil compreensão, em que as pessoas recebem valores pecuniários distintos com a finalidade de garantir o direito humano a alimentação, educação e saúde.

É um benefício que gera deveres aos beneficiários. Estes são chamados de condicionalidades e garantem que as famílias consigam ter assistência não somente financeira, mas também nas áreas da educação e saúde. Por meio das condicionalidades se faz controle do benefício e impõe às famílias a responsabilidade de cumpri-las sob pena da perda do benefício.

A fiscalização é realizada por vários órgãos governamentais, principalmente o Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome, e pela própria sociedade que tem autonomia para informar aos gestores, possíveis irregularidades. Quanto ao custeio do programa, o mesmo provém dos impostos pagos pela população brasileira.

Há exemplos evidentes conforme demonstrado no trabalho de como esse benefício é usado, além de dados divulgados em revistas e sites que possibilitam verificar a questão da pobreza no país, além do IBGE, tido como fonte oficial. Diante de suas análises foi possível ao longo deste estudo perceber que o programa discutido tem conseguido obter resultados interessantes, principalmente por servir a diversas famílias como uma oportunidade de melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Bolsa Família 2012**: inscrição, calendário, pagamento. Disponível em <http://www.mundodastribos.com/programa-bolsa-familia-2012-inscricao-calendario-pagamento>. Acesso em 01 dez 2011.

_____. **Lei 10.836**. Brasília, DF, Congresso Nacional, 2004.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Agenda da Família.

_____. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria Municipal da Promoção e Ação Social.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**: Cidadania e Dignidade para milhões de brasileiros. Brasília, 2010, 90 páginas.

_____. Perguntas & Respostas: **Veja online**. Disponível em http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/bolsa_familia/01.html Acesso em 15 dez 2011.

_____. Presidência da República; Controladoria Geral da União. O programa Bolsa Família. Disponível: http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf . Acesso em 01 dez 2011.

COIMBRA, Marcos. **O Bolsa Família de Dilma Rouseff**. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-bolsa-familia-da-dilma> Acesso em 16 dez. 2011.

GARCIA, Roseli. Em busca da autonomia. **Desenvolvimento Social**. Brasília, n.2, p. 25-29, mar. 2010.

IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro, 2008, 20 páginas.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.